

**João Gomes Cravinho**

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, na sessão solene de abertura do Colóquio de História Militar.**

Palácio da Independência, Lisboa, 11 de novembro de 2019

Vocativos

Gostaria de começar por saudar a Comissão Portuguesa de História Militar pela organização do seu vigésimo oitavo congresso de História Militar e dar as boas vindas a todos os oradores e participantes. A realização anual e ininterrupta, desde 1990, deste evento é um óbvio sinal da vitalidade desta Comissão na promoção e preservação do nosso passado histórico-militar.

Esse dinamismo muito se deve à tenacidade e ao empenho do seu Presidente, o Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto, a quem agradeço a sua dedicação à causa da história militar. As outras múltiplas atividades que a Comissão promove, nomeadamente na organização das Jornadas de Memória Militar, no apoio à produção académica de historiografia militar e na representação nacional na Comissão Internacional de História Militar, produzem uma importante dinâmica de reflexão e produção de conhecimento que nos prestigia: prestigia a comunidade da Defesa em Portugal, prestigia o nosso país.

O trabalho da Comissão durante as comemorações da evocação da Grande Guerra, que tiveram o seu auge durante o ano de 2018, foram particularmente relevantes na consolidação de uma memória histórica nacional mais densa, mas que, por via do carácter mundial do antigo império português, nos permitiu também adensar a memória histórica de outros povos, em particular no continente africano, cuja participação na Grande Guerra é frequentemente esquecida no plano internacional.

É, por isso, para mim uma honra, associar-me a este evento e estar hoje aqui presente nesta abertura solene. O tema escolhido para este congresso é particularmente relevante. Depois do trabalho minucioso desenvolvido sobre o período da Primeira Guerra Mundial, é extremamente útil e atual revisitar o período conturbado que leva Portugal do armistício à Ditadura Militar.

É nestes anos de profunda conturbação política e destruturação social que estão as raízes da ditadura portuguesa, uma das mais longas do século XX. À semelhança dos tempos difíceis que se vivem em diversos países nos dias de hoje, tempos de alguma tensão social, com uma intensa pressão sobre as instituições democráticas, também nesse período inicial do século XX as jovens instituições da República portuguesa se mostraram excessivamente frágeis face às exigências de uma sociedade em profunda mudança. Estas reflexões são por isso cruciais para melhor entendermos os nossos tempos e para perceber os caminhos que outros já trilharam.

De forma igualmente relevante, o período 1918-1926 oferece-nos uma perspetiva particularmente elucidativa sobre as relações entre o poder político e o poder militar. Hoje, em democracia,

estão sanadas as dificuldades desse e doutros períodos subsequentes, e o poder político e militar têm os seus espaços de atuação perfeitamente delimitados pela Constituição da República. Isso permite-nos dar garantias aos portugueses quanto ao bom enquadramento das Forças Armadas nos mecanismos, instituições e processos democráticos do nosso país, contribuindo para a construção das soluções que em cada momento venham a ser necessárias.

Estou certo que a conferência que o Prof. Doutor José Miguel Sardica irá proferir sobre este período conturbado da nossa história recente nos ajudará a revisitá-la, de olhos no presente e no futuro do nosso país. Aproveito para agradecer assim a todos os oradores que irão participar, pelo vosso trabalho sobre estes temas, e aguardo com interesse as principais conclusões das vossas reflexões.

Vale a pena referir também que, ainda durante este mês, teremos oportunidade de visitar o período magalhânico no Simpósio de História Marítima, na Academia de Marinha. Também aqui, o estudo da História nos permite enfrentar os desafios atuais de valorização dos oceanos e de promoção dos nossos interesses no mar. Será mais um excelente contributo, que à sua maneira, através da identificação de variáveis e permanências, ajuda a desenhar melhores políticas públicas para o mar.

Nesta ocasião, entregamos também o Prémio Defesa Nacional que visa exatamente premiar trabalhos de história militar portuguesa que se destaquem pela sua relevância e acuidade. Os meus parabéns ao Prof. Doutor Gonçalo Coceiro Feio e ao Prof. António Mendo Castro Henriques pela vitória *ex-aequo* da edição 2018 do Prémio Defesa Nacional. É nos particularmente

gratificante verificar o interesse que as questões militares e de Defesa, em geral, suscitam junto de investigadores civis e também por isso me congratulo com esta escolha.

Estão, portanto, reunidas as condições para que este vigésimo oitavo congresso continue o legado histórico dos anteriores e dê um contributo da maior relevância para melhor conhecer o nosso País e a Defesa Nacional. Na sua profunda interação com a Europa e o mundo, a nossa história abre-nos perspectivas da maior importância para entender o nosso País e o mundo.

Desejo a todos dias de reflexão estimulantes.

Muito obrigado.